

BRUNA DE AZEVEDO CASTRO
HENRIENE CRISTINE BRANDÃO
MÁRIO CÉSAR CARVALHO PINTO
ORGANIZADORES

DIREITO E CIÊNCIAS CRIMINAIS

ESTUDOS SOBRE O LIMITE HUMANO

Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth. Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Direito e Ciências Criminais: estudos sobre o limite humano/ organizadores:
Bruna de Azevedo Castro, Henriene Cristine Brandão, Mário César Carvalho
Pinto. Londrina/PR. Thoth, 2020.
287 p.

Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-86300-72-7

1. Direito. 2. Ciências Criminais. 3. Direito Penal. I. Castro, Bruna de Azevedo. II. Brandão, Henriene Cristine. III. Pinto, Mário César Carvalho.

CDD 341.5

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Penal : 341.5

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
APRESENTAÇÃO	11

CAPÍTULO 1

Bruna Furini Lazaretti

Gustavo Noronha de Ávila

A (IN)DEFINIÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO	19
Introdução.....	19
1 Sistemas processuais penais	20
1.1 Sistema inquisitorial	21
1.2 Sistema acusatório.....	24
1.3 Sistema misto	26
2 Qual o sistema processual penal adotado no Brasil?	27
2.1 Constituição Federal de 1988	28
2.2 Código de Processo Penal de 1941.....	28
3 A (in)definição do sistema processual penal brasileiro – considerações críticas	29
3.1 Aspectos polêmicos relacionados ao processo penal brasileiro....	29
3.2 A (in)definição do sistema processual penal brasileiro.....	30
Conclusão.....	34
Referências	35

CAPÍTULO 2

Alexandre Coutinho Pagliarini

Vinicius Hsu Cleto

A COLABORAÇÃO PREMIADA: PARALELOS DE DIREITO BRASILEIRO, ITALIANO E ESTADUNIDENSE	37
Introdução.....	37
1 A colaboração premiada no Brasil.....	39
1.1 Conceito de concurso de pessoas.....	39
1.2 Conceito de associação criminosa	41

1.3 Conceito de organização criminoso.....	43
1.4 A colaboração premiada no Brasil - previsões.....	47
2 Colaboração premiada na Itália.....	49
3 A colaboração premiada nos Estados Unidos.....	52
3.1 Comparação entre <i>PleaBargain</i> e colaboração premiada.....	53
Conclusão.....	54
Referências.....	54

CAPÍTULO 3

Thulio Vinicius dos Santos

Mariana Fordellone Rosa Cruz

A RESSOCIALIZAÇÃO DO RECLUSO PELO TRABALHO COM BASE NO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA.....

Introdução.....	57
1 Conceito de dignidade.....	58
1.1 O princípio da dignidade da pessoa humana.....	60
1.2 Breve história sobre a dignidade da pessoa humana.....	60
2 O sistema penal no Brasil.....	62
2.1 A trajetória do sistema penal.....	62
2.2 Problemas do sistema prisional.....	64
3 A ressocialização do apenado.....	66
3.1 Medidas de ressocialização.....	68
Considerações finais.....	71
Referências bibliográficas.....	72

CAPÍTULO 4

Lara Caxico Martins Miranda

Lourival José de Oliveira

APRENDIZAGEM: O TRABALHO COMO MEDIDA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE.....

Introdução.....	81
1 Medida socioeducativa: mecanismo de ressocialização do adolescente.....	83
2 A importância do trabalho na ressocialização do adolescente, o cumprimento da função social da empresa e o desenvolvimentos de normas promocionais.....	88
2.1 O papel da empresa na ressocialização do adolescente por meio do cumprimento de sua função social e do estímulo estatal com normas promocionais.....	91
3 Aprendizagem no processo de execução de medida socioeducativa.....	95
Conclusão.....	100
Referências.....	102

CAPÍTULO 5**Mariana Costa Franco****CLAUSURA E SELETIVIDADES: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ÀS SELETIVIDADES DO ENCARCERAMENTO FEMININO ...105**

Introdução.....	105
1 Metodologia.....	106
2 Seletividades discriminatórias dentro do sistema penitenciário feminino brasileiro	107
3 Resultados	111
Considerações finais	111
Referências	111

CAPÍTULO 6**Guilherme Lopes Felicio****CRIMINAL COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO DOS DELITOS ECONÔMICOS113**

Introdução.....	113
1 Função e missão do direito penal	114
2 Tutela penal preventiva do bem jurídico da ordem econômica	117
3 Delitos econômicos.....	120
4 Corrupção, fraude e lavagem de dinheiro.....	121
5 <i>Criminal Compliance</i>	123
Conclusão.....	129
Referências	130

CAPÍTULO 7**Soraia Giovana Ladeia Forcelini****Erika Fernanda Tangerino Hernandez****DIFICULDADE DE LOCALIZAÇÃO DOS CRIMINOSOS NO AMBIENTE VIRTUAL.....133**

Introdução.....	133
1 Do crime	135
1.1 Definição	135
1.2 Forma de execução	138
1.3 Do crime virtual	140
1.3.1 Hacker.....	142
1.4 Deep Web.....	143
1.4.1 Como funciona.....	144
1.4.2 Como são praticados os crimes na deep web.....	146
2 Da legislação vigente.....	147
2.1 Lei Azeredo.....	147
2.2 Lei Carolina Dieckmann	148
2.3 Marco civil da internet.....	149

3 Da dificuldade de encontrar os criminosos.....	151
Conclusão.....	153
Referências bibliográficas	155

CAPÍTULO 8

Lucas Octávio Noya dos Santos

Henrique Miuki Koga Fujiki

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O CRIME DE DESACATO:
VIA ALTERNATIVA DE VIOLAÇÃO DO DIREITO DA
PERSONALIDADE NO ENTENDIMENTO DA CORTE IDH....**

Introdução.....	157
1 Sistema interamericano de direitos humanos.....	159
2 Liberdade de expressão e personalidade no entendimento da corte IDH.....	164
3 O entendimento da corte IDH quanto à tipificação de crime de desacato nos ordenamentos jurídicos internos	166
Conclusões.....	170
Referências	171

CAPÍTULO 9

Rafael Correia Miranda

Fernanda de Matos Lima Madrid

**O CRESCIMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS FACÇÕES DENTRO
DAS UNIDADES PRISIONAIS**

Introdução.....	175
1 Protagonismo do criminoso dentro do sistema carcerário	177
2 Causas do crescimento e organização das facções.....	179
2.1 Afronta a direitos fundamentais	179
2.2 Grande número de presos provisórios	181
2.3 Ausência do Estado dentro das prisões	183
2.3.1 Infraestrutura das unidades prisionais e funcionários.....	183
2.3.2 Livre comunicação e articulação do crime.....	186
2.3.3 Corrupção.....	188
3 Ineficácia das leis penais.....	190
4 A criminologia dentro do sistema carcerário	192
Conclusão.....	196
Referências bibliográficas	197

CAPÍTULO 10

Caio Cesar Tomioto Mendes

Rafael Augusto da Silva Reis

**O EFEITO DO COMPLIANCE NA AUTORIA DO DIREITO
PENAL.....**

201

Introdução.....	201
1 O conceito de <i>compliance</i> e seus reflexos no direito penal.....	203
2 Panorama normativo brasileiro sobre autoria e participação	206
3 Imputação objetiva e domínio do fato como possíveis soluções.....	209
Considerações finais	215
Referências bibliográficas	217

CAPÍTULO 11

Wanderlei Lukachewski Júnior

Eliete Souza da Ferreira

O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DA PENA E SUA APLICAÇÃO AOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO, CORRUPÇÃO, ADULTERAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE PRODUTO DESTINADO A FINS TERAPÊUTICOS OU MEDICINAIS.....

221

Introdução.....

221

1 O princípio da proporcionalidade e sua aplicação na seara penal....

222

2 Das penas e o direito de punir.....

229

3 O princípio da proporcionalidade e sua aplicação aos crimes dolosos tipificados no artigo 273 do Código Penal brasileiro

233

Considerações finais

243

Referências.....

244

CAPÍTULO 12

Alexander de Castro

Silvio Toledo Neto

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FORMA DE TUTELA DOS DIREITOS PERSONALÍSSIMO DO IDOSO – UMA BREVE ANÁLISE DA EXISTÊNCIA DO DIREITO PENAL DO IDOSO

247

Introdução.....

247

1 O envelhecimento como direito personalíssimo – solidariedade social da família, da sociedade e do Estado

250

2 Formulação da política pública – estágios do ciclo político-administrativo.....

251

2.1 Previsões constitucionais como expressões jurídicas concretas de políticas públicas

254

2.2 Da política nacional do idoso

256

2.3 Estatuto do Idoso – Lei N. 10.741/2003

257

3 Direito penal do idoso

259

Conclusão.....

261

Bibliografia.....

261

CAPÍTULO 13**Camilla da Silva Oliveira****Kenza Borges Sengik**

VIOÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER E OS DESDOBRAMENTOS DA CULTURA DO ESTUPRO	263
Introdução.....	263
1 Do princípio da isonomia: uma conquista da mulher.....	264
2 Princípio da dignidade da pessoa humana	267
3 Das faces da violência contra a mulher.....	268
4 Políticas públicas e a proteção a mulher	271
5 Violência sexual no âmbito jurídico.....	275
6 Reflexão sobre a violência sob o olhar da solidariedade ou alteridade positiva.....	278
Considerações finais	282
Referências	283